

Pesquisa FAPESP nº 2021/04556-0
ENTREVISTA COM M3
Cidade: Maringá (Paraná, Brasil)
Entrevistada: M3, 60+ anos, arquiteta e urbanista aposentada
Entrevistador: Rodrigo Sartori Bogo
Local de realização da entrevista: Online

TRANSCRIÇÃO

Entrevistador (Rodrigo)

- E agora, agora efetivamente começou. Então, M3, eu só... só para a questão burocrática, vamos dizer assim, se você puder só falar seu nome completo e dizer que autoriza a gravação, porque enfim, isso faz parte das demandas do Comitê de Ética, porque daí eu posso efetivamente começar a entrevista.

M3

- Ok, boa tarde, Rodrigo. Tudo bem, está autorizada a gravação. Meu nome é M3, arquiteta e urbanista.

Entrevistador

- Perfeito, M3, muito obrigado. Então, eu assim, de primeira, normalmente quando eu faço as entrevistas, elas estão direcionadas para dois públicos diferentes. Um é o que eu chamo de cidadãos, cidadãos, pessoas que estão envolvidas com lideranças comunitárias, estão vivenciando o dia a dia na cidade e participando, ou os agentes bem-informados, que são pessoas que têm um conhecimento técnico, científico, relevante da cidade ou do processo que eu estou estudando. Um dos objetivos de fazer entrevista contigo é porque, na minha opinião, você se encaixa nas duas, né? Você já teve uma participação no poder público, tem um conhecimento técnico relevante, mas hoje está vinculada com a associação de moradores, então você é também uma pessoa, uma ativista do movimento local. Então, acho que a primeira... o questionário que eu vou aplicar vai ser como se fosse um misto dessas duas entrevistas. E eu gostaria que você primeiro, ah, falasse um pouco sobre sua trajetória profissional, como que foi seu vínculo com o Maringá, com o planejamento em Maringá e depois com a associação de moradores.

M3

- Ah, ok. Bom, Rodrigo, eu nasci no Japão, vim com dois anos de idade para o Brasil, sou naturalizada. Meus pais são praticamente colonizadores daqui norte do Paraná. Aí eu sou formada na PUC-Curitiba, arquitetura e urbanismo. Logo depois da formação, eu vim para Maringá, trabalhamos numa firma de arquitetura em 1986, por aí. Aí depois fiz o mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina, na área de conforto ambiental. Depois entrei na prefeitura de Maringá, era para ficar apenas um ano e acabei ficando 23 anos aí.

Entrevistador

- Ok, então uma experiência longa. Só por curiosidade, eu sou formado na Federal de Santa Catarina também. Eu sou catarinense, eu fiz minha graduação e meu mestrado lá, aí na geografia.

M3

- Ah, que legal. O meu orientador foi Fernando Ruttkay.

Entrevistador

- Sim, sim, eu já ouvi falar dele, sim. A minha companheira é arquiteta formada na UFSC, então ela conhece bem o pessoal lá.

M3

- Aí depois eu me aposentei, já faz dez anos que me aposentei da prefeitura, mas pelo fato de ter o conhecimento e morar num bairro estritamente residencial, é praticamente no perímetro da área residencial com a área adensada, aí o pessoal da Associação dos Moradores pediram que eu fizesse parte desse contexto da Associação dos Moradores, aí acabei entrando para fazer essa luta, né? Digamos luta porque são várias reivindicações do bairro e como seria interessante fazer... [interrupção] fazer parte desse contexto e viver, vivenciar o outro lado da mesa, digamos, que é a parte da população em si. Então, estou até hoje trabalhando na Associação dos Moradores da Zona 2, propriamente dita, e auxiliando os demais bairros com um zoneamento similar a nossa.

Entrevistador

- A M1 comentou comigo que tem bastante articulação com a Zona 4 e a Zona 5 ou 7, não lembro exatamente, é isso mesmo?

M3

- A zona 5! Antigamente, quando o Maringá foi desenhada praticamente, eles criaram quatro zonas residenciais. Uma delas já está praticamente adensada, que é o outro da cidade, tem a Zona 2, que é a nossa, a Zona 4, que é uma vizinha, e a vizinha da Zona 4, que é a Zona 5. Então, restaram três bairros com uma denominação similar, Zona 2, Zona 4, Zona 5, que é estritamente residencial. O que é estritamente residencial? Ela tem possibilidade de ter um escritório dentro de casa, mas ela tem a conotação de térreo mais um, né? Você não pode fazer um adensamento, uma edificação diferenciada desta.

Entrevistador

- E, bem, a atuação da Associação de Moradores no Orçamento Cidadão se dá em torno de algumas demandas relativas a justamente essa característica, né, dessas zonas residenciais. Você poderia, enfim, descrever quais são essas demandas que estão presentes e qual é a atuação da associação com o Orçamento Cidadão?

M3

- A demanda seria mais no contexto de reivindicações mais superficiais, digamos, principalmente nas questões de mobilidade, porque ela faz parte de um bairro estritamente residencial, mas hoje, além desses bairros, nós temos outros adensados do outro lado da cidade, então ela vira várias vias de corredores, nas questões de mobilidade. As ruas residenciais mais calmas acabaram sendo vias de

articulação, então isso é uma demanda que a gente tem reivindicado bastante de fazer um estudo programado para essa finalidade. Em função disso, alguns acidentes nas esquinas... o pessoal, eles são imprudentes, mas assim, na medida do possível, a gente tem sido atendido. A outra questão é, pelo fato de ser praticamente junto à área central, a necessidade ou a ambição de várias pessoas, de ter sua casa e ter a rua, é... uma via que ela tenha uma conotação comercial. Então, o que acontece? A permeabilidade da via comercial, que é a Avenida Tiradentes, ela começa a ter suas consequências nas próximas quadras. Então o que que acontece? As vias paralelas à avenida principal, elas querem se tornar comerciais, e as paralelas, outras paralelas, vem seguindo. Então, essa é uma das lutas que a gente tem sido bem, digamos assim, incisivo, junto à câmara e à prefeitura. A descaracterização da zona em função das vias comerciais, surgência das vias comerciais. Outra é, além das vias comerciais, transformação da residência numa prestação de serviço, 100% a prestação de serviço. Hoje nós temos uma lei que possibilita você fazer um escritório, a M1 deve ter conversado com você, que a gente fala de "concomitante à residência", né, mas a maioria das pessoas acaba trazendo isso de outra forma. Eles criam um escritório dentro da sua residência, colocam uma salinha dizendo que você está morando nela, das outras formas. E isso tem pipocado muito em alguns bairros. A associação vem monitorando algumas questões similares a isso que eu estou expondo aqui. A questão da arborização também, né, a cidade no verão tem uma temperatura muito, muito significativa. Se não fossem essas arborizações, nós teríamos áreas de calor intensa. Ela, a gente tem como um patrimônio essas questões de arborização, né. Poda de árvores, queda de árvores tem acontecido, então a gente gerencia isso. Como podar, como quando você retirar... a maioria das pessoas que comprem um terreno, por exemplo, não quer ter uma árvore na frente da sua casa, é muito mais prático, né, "eu não quero varrer, não quero cuidar", mas no fim das contas reclama do calor. Aí a conscientização da população em relação a isso também. A outra questão é que nos bairros, entre um bairro e outro, nós temos parques, áreas de unidades de conservação. Existem animais que passam de um lado para o outro, e viram corredor, o bairro acaba virando corredor para esses animais. A proteção desses animais também, a gente tem feito essas ações pontuais, gambás, macacos, retirada deles em algumas residências e relocar aos bosques. Então, alguns trabalhos assim, pontuais, para manter a própria... essa biodiversidade que nós temos aqui.

Entrevistador

- Certo, compreendi. [interrupção na entrevista]

M3

- Sim, eu tenho uma luz em cima de mim aqui, mas acho que não tem problema para você, né?

Entrevistador

- Não, não, sem problema. O mais relevante para mim é o áudio mesmo, porque depois eu vou transcrever a entrevista, né, do que essencialmente o vídeo, assim, então não tem nenhum problema. Eu estava refletindo sobre o fato de que existem muitos espaços para os movimentos sociais, para fazer a reivindicação, as disputas de poder dentro da cidade. E no caso de Maringá, o orçamento cidadão

deveria ser um deles, que enfim, é o objeto que eu estou efetivamente estudando. Você acha que é um espaço que ali a associação pode debater, assim, que tem espaço para as reivindicações? O que você acha?

M3

- Que tipo de poder, fala? Poder político?

Entrevistador

- É, poder político, poder... especialmente poder político, mas também poder econômico, a influência, né, as diferentes dimensões do poder que passam por uma cidade, assim, mas o político é o mais importante, claro.

M3

- Tá, no seu ponto de vista, essa questão de poder, na nossa cidade ela tem um outro desenho, a Assembleia de Planejamento e Gestão Territorial. O que seria Assembleia de Planejamento e Gestão Territorial? A cidade é dividida hoje, se não me engano, em cinco partes, conforme a densidade populacional. Então, vamos supor, a APGT 1, que a gente fala, a assembleia número 1, seria a parte central, a nossa região aqui, assembleia 2, e assim vai, né, vai distanciando, vai aumentando a área, conforme a densidade. Existem eleições para representantes de cada Assembleia. São cinco representantes no caso, são cinco APGTs, e esses cinco vão disputar duas vagas no Conselho, no Conselho de Planejamento, Pesquisa, Planejamento e Gestão Territorial. Para fazer parte dessas duas vagas, eles têm a disputa, uma outra eleição interna, e esses dois têm o poder de reivindicar no Conselho as demandas da população. Então, esse é o poder da população. Nós temos a Associação de Moradores, mas ele é bem desarticulado, na realidade. Um conversa com o outro, gente, não sabem que cada um está fazendo, mas o APGT, ele é mais articulado, porque são apenas cinco representantes, das quais dois fazem parte, tem a cadeira no Conselho. E na cadeira do Conselho, além de reivindicar, eles fazem a defesa e a contribuição, né? A defesa dos bairros e a contribuição deles em relação às novas leis, às novas demandas, etc. Nesse caso é um poder, né? A Associação dos Moradores, propriamente dito, antigamente tinha até um grupo, uma associação das Associações dos Moradores, eles tinham cunho realmente político. Eles apareciam nos bairros, traziam demanda e levavam diretamente para a Câmara ou para a Prefeitura, mas não faziam esse contexto de fazer parte de Conselho, entender a política. É só mais uma... Pega aqui a demanda e leva para lá para ser conhecido. Só isso.

Entrevistador

- Eu percebi uma diferença entre, pelo menos eu acompanhei quatro assembleias, né? Do Orçamento Cidadão. Eu percebi que a APGT-1 e a APGT-4, foram [algumas] que assisti, a participação foi muito pequena. No caso, participação de cidadãos. Na APGT-1 estava a M1, basicamente, o resto eram funcionários da Prefeitura e cargos comissionados. Na APGT-4 estava somente uma representante da escola em que estava ocorrendo o evento e ela nem mora na APGT-4, mas ela fez uma fala, porque ela

precisava estar lá porque a escola estava recebendo o evento, né? Mas na prática de cidadão, de toda a APTG [4] não havia ninguém e na 2 e na 3 tinha mais gente. A 2 tinha uma quantidade mais significativa de cidadãos ali, uns 15, eu diria, e 3 uns 2. Tinha também representantes da associação de moradores lá, havia umas 5 pessoas, 6 pessoas. Então, enfim, não sei se... Por que você acha que tem essa diferença? Por que você acha que as pessoas não participam? Enfim, eu já peguei a opinião da M1 sobre isso, mas eu queria saber o que você acha do espaço, por que ele parece um pouco inócuo.

M3

- Bom, quando essas ações das APTGs e das...dessas ações de orçamento cidadão iniciaram, digamos assim, com o plano diretor vigente, até que tinha uma demanda muito grande. Enfim, tinha o salão e com o tempo ela foi, digamos, decrescendo, decrescendo também a credibilidade da população, decrescendo também a forma de divulgação, eu acredito que seja principalmente isso, tá? A prefeitura não divulga corpo a corpo no cidadão. O cidadão que mora na área central, ele tem acesso à internet, tem acesso a interesse, né? São formadores de opinião. Agora, os bairros da periferia em si, o dia deles é diferente. Ele vai, volta do trabalho e não escuta outra coisa. Se vai ter algum evento da prefeitura, se não tiver uma divulgação diretamente, digamos, para o presidente da Associação do Bairro e esse presidente não fizer um trabalho de formiguinha dentro do seu bairro, cidadãos não sabem o que está acontecendo e para que que está indo lá. Quando tinha essa intenção da prefeitura de levar informações até o bairro, o cidadão se reivindicava, só que misturou um pouco na cabeça deles o que era reivindicação do Orçamento Cidadão e o que era o plano diretor, né? Foi meio que misturado, então eles não sabiam para que que era. A reivindicação da população, da periferia "ah, eu quero que tape o buraco da minha esquina, eu quero uma iluminação do poste, eu quero o bairro mais limpo", é uma situação pontual. Como isso não veio acontecendo, a população também acabou no descrédito da prefeitura, ele entra tudo num bolo, quando é plano diretor entra num tema, a demanda de infraestrutura, por exemplo. Aí o prefeito fala "ah, é uma demanda de infraestrutura para daqui a dois anos", só que esquecem, né? Não tá gravado aquilo lá. Então não tem atendido pontualmente ou gradualmente, isso não vem acontecendo, a população vê que não tá sendo realizada melhoria no bairro da forma que eles pediram. Consequência disso é o decréscimo do número de cidadãos fazendo parte da reunião.

Entrevistador

- Faz sentido. Eu ia até um elemento que eu acho relevante que eu trago, é o fato de que no caso de Maringá, pelo menos olhando de fora, fazendo a análise institucional, soa bem interessante que o orçamento cidadão esteja diretamente conectado com o plano diretor, porque um dos fenômenos que normalmente a gente identifica na literatura sobre orçamento participativo é que ele não é um objeto, um processo de gestão que acaba um pouco desconectado do planejamento urbano, apesar de ser totalmente a ver com a gestão urbana, com o espaço urbano, né? E só que você pontuou que talvez gere uma confusão no cidadão, então queria que tu pontuasse um pouco sobre essa relação que tem entre orçamento cidadão e plano diretor, se acha que faz sentido ou não faz, no caso de Maringá.

M3

- No caso de Maringá, esqueci de falar que tinha mais uma situação, né? O prefeito, ele foi reeleito, nós estamos na segunda gestão dele, daí na primeira gestão ele ia de bairro em bairro, verificar o que cada cidadão precisava no seu bairro. Ele tem um caderno de necessidades, só que esse caderno acabou ficando para eleição. Então é um terceiro caso, ele pedia a mesma coisa no orçamento cidadão, pedia a mesma coisa para o prefeito enquanto eleição, reeleição e enquanto plano diretor, eram três situações. O cidadão não entendeu até hoje o que aconteceu, né? Por que que eles vieram com tanta demanda em cima dos bairros na primeira gestão, e a primeira gestão realmente acontecia, o orçamento cidadão que era normal, o plano diretor e também a questão da reeleição. Juntou tudo e a população acabou não entendendo mais nada, digamos. E realmente o prefeito não foi um prefeito engajado em planejamento, coincidiu isso também, acabou pontuando algumas situações para a eleição.

Entrevistador

- Certo. Bem, eu queria te perguntar uns dois elementos assim mais vinculados com a urbanização de Maringá em si, né? Com o planejamento urbano e com o processo de transformação urbana que a cidade, assim, fora do orçamento de cidadão, mais especificamente sobre Maringá. Você pontuou uma coisa relevante que das zonas residenciais originais já tem partes ali do plano original de Maringá que estão sendo mais adensadas, né? E eu presenciei isso no campo também, que Maringá é uma cidade muito mais verticalizada do que Presidente Prudente, por exemplo, apesar de os tamanhos não serem tão diferentes assim. E, claro, Maringá é maior, mas aqui é pouquíssimo verticalizado em comparação com Maringá. Então...

M3

- Maringá é maior que Presidente Prudente?

Entrevistador

- Sim, sim. A população aqui é em torno de 250 mil, e Maringá hoje está, pelo último censo, acho que tá próximo... é, próximo de 400 mil, né? Mais que 400 mil, se não me engano. Então tem uma certa diferença. Só que aqui, mesmo que tivesse a mesma população de Maringá, eu julgo que não teria nem metade da verticalização. Aqui a cidade é muito espalhada. E tem uma... Então eu gostaria que tu falasse um pouco sobre uma avaliação geral das mudanças urbanas ocorridas em Maringá nos últimos dez anos.

M3

- Últimos dez anos? É, diríamos... digamos que nos últimos vinte anos.

Entrevistador

- Tudo bem.

M3

- Para uma lei, a mudança de uma lei ser... ter o resultado, digamos, é mais que dez anos, né? A zona 3, que ela fazia parte de uma zona estritamente residencial também, hoje ela é super verticalizada, mas a mudança da lei de zoneamento, aconteceu há vinte anos atrás, vinte... vinte anos atrás. E hoje nós vemos a verticalização chegando aos poucos, mas realmente ficou estagnada depois da surgência da mudança da lei, ficou estagnada dez anos, aí depois de dez anos começou a ter, digamos, a importação de outras construtoras de fora, de Londrina, de Curitiba e assim por diante. E viram que realmente era uma região interessante e transformou aquele zoneamento em áreas verticais ali. Mas além disso, nós temos um desenho... Maringá, ela possui um desenho até interessante. Ela foi projetada de tal forma que nas bordas da cidade tivessem áreas verdes, digamos, sítios urbanos, a gente pode dizer, que é na região da Unicesumar e na região dos hospitais ali. Então são áreas grandes reservadas de 100%, mais ou menos, eram grandes sítios, pequenos sítios, que hoje elas estão servindo para grandes edificações verticais, né? E essa configuração diferenciada chamou a atenção da Plaenge, de outras construtoras e viram que poderiam criar uma forma diferenciada de verticalizar, criar torres principais e deixar mais áreas verdes. Então isso acabou chamando a atenção de quem morava na cidade e quem vinha para a cidade também. E foi o boom de 15 anos para cá, foi o boom das edificações diferenciadas. E a zona 3, como uma consequência, puxou, na verdade, porque é bem próximo do parque, nós temos o chamariz, que é o parque, eles vendem o visual, que é o parque do Ingá, centro da cidade, infraestrutura já praticamente pronta, próximo dos equipamentos comunitários, então tinha tudo para acontecer ali na zona 3. E eles querem fazer na zona 2, zona 4 e zona 5 também, porque tem toda uma infraestrutura prontinha para você receber a verticalização.

Entrevistador

- Então tem uma... essas transformações recentes de 15, 20, 15 anos para cá, tem um peso muito forte dos promotores miliares, então, dessas construtores.

M3

- Tem.

Entrevistador

- Uhum. E a atuação do poder público tem sido mais na modificação dos gabaritos e das leis no plano diretor? Ou tem também habitação, eu sei que tem habitação, claro, "Minha Casa, Minha Vida" apareceu, não sei se está em Maringá mesmo, ou se nos municípios do entorno... tem também outras promoções de habitação popular, né, mas claro, você sabe mais do que eu, se a atuação do poder público é mais no sentido legal ou também na promoção de habitação?

M3

- A intervenção da prefeitura em relação às moradias populares tem sido outra linguagem. A liberação de edificações em zonas já habitadas já é para uma classe privada, de uma renda familiar bem acima das habitações populares. Então o que que acontece? A prefeitura diz que existe uma demanda muito grande

em relação à habitação popular também, só que não existe espaço. Não existe espaço porque na realidade não foi pensado de forma que houvesse essa mistura de retalhos, digamos. A população... Maringá ela nunca teve uma favela, ela nunca teve uma favela, já é de costume lá atrás dar um jeitinho nas famílias para não ter esse cinturão de, digamos, pobreza, cinturão de famílias que tivessem uma necessidade. Então havia uma assistência social que sempre dava um jeitinho, digamos, o que seria o jeitinho? Levar na periferia de outra cidade ou criar um bairro específico para ele, assentava. Assentava de tal forma que não parecesse uma favela ou coisa nesse sentido, mas era muito pouco, muito pouco. Então o município de Maringá nunca pensou nisso. Acontece que as duas cidades vizinhas, Sarandí e Paçandu, viraram cidades dormitórios, né? Como nós, como o pessoal de salário de 3 a 5 [salários mínimos], não tinha condições de adquirir imóvel aqui em Maringá, começaram a morar nas periferias. Elas dormem lá e trabalham aqui. E tem parentes aqui também, então essa demanda da população precisa. Existe uma carência? Existe. Aí a Minha Casa, Minha Vida do governo federal ajudou bastante, ajudou bastante. Fora isso, o município também pensou... criou um sistema de... um projeto que pudesse, o empresário, o construtor pudesse aproveitar um terreno vazio na cidade e criar um projeto específico semelhante à Minha Casa, Minha Vida, utilizando os padrões da caixa econômica [federal]. Então isso teve um, na verdade, quando você faz isso muda o zoneamento dentro daquele zoneamento, entende? Hoje eu só posso fazer uma área residencial, por exemplo, mas, no entanto, tem o terreno de 20 mil metros quadrados, o construtor adquire aquele terreno e acaba colocando na Minha Casa, Minha Vida, digamos, com parceria com a prefeitura. Existe uma demanda da prefeitura, aí ele tem que atender uma parte da demanda da prefeitura aos que estão na fila da prefeitura e os outros, demais, eles podem vender, digamos, né? Então existe uma parceria público-privada nessa situação. Então isso ajudou um pouco. Então tem esse projeto nas áreas industriais, nas áreas residenciais de padrão residencial 2, que você pode estar trabalhando com esse tipo de projeto. Aqui é residencial 1, estritamente, no lugar predominantemente residencial você pode criar esse tipo de habitação coletiva. Então eles vão fazendo um aqui, outro ali, assentando a população de 3 a 5 salários. De 0 a 3 [salários mínimos] é praticamente impossível você fazer verticalização, né? Porque eles não conseguem conviver em áreas coletivas. Então tem que ser horizontal, sistema horizontal as casas, tipo casas padrão de 20, 30, 40, 50 metros quadrados.

Entrevistador

- E esses estão mais presentes em Paçandu e Sarandí, esse tipo de conjuntos habitacional, 0 a 3? O Faixa 1, como é chamado.

M3

- Faixa 1 está em Iguatemi, que é um distrito, Floriano, que também é outro distrito. E alguns outros bairros que foram criados especificamente na periferia da cidade, limítrofe da área rural, também foi criado alguns nas gestões anteriores.

Entrevistador

- Interessante. E essa diversificação de formas de morar que tem aparecido, que você citou, por exemplo, essas novas maneiras de verticalização, esses conjuntos habitacionais populares, uma coisa que chama a atenção do nosso grupo de pesquisa, e também eu tenho interesse na minha, é identificar a questão dos condomínios fechados. Então, eu gostaria que você falasse um pouco sobre como se dá, onde estão aparecendo os condomínios fechados em Maringá, se isso é um fenômeno presente, e também uma opinião pessoal sobre eles.

M3

- Presidente Prudente tem bastante, né? [risos]

Entrevistador

- Tem muitos, muitos!

M3

- Eu estive fazendo uma visita antes da pandemia e me assustei com a quantidade de condomínios. Condomínios fechados, ao longo de 20 anos atrás, teve um boom, né? Esses lotes um pouco mais afastados do centro, que tinha 20 mil, 30 mil, 50 mil metros quadrados, acabam criando uma do lado da outra os condomínios fechados, que acabou fechando uma quadra inteira, fechando até as diretrizes viárias. "Ah, eu quero fazer um condomínio aqui, mas tem uma rua da diretriz." Quem gritava mais ganhava a rua fechada, então acabava tirando a diretriz viária e criando condomínios. Não somente a parte da questão das diretrizes, mas começamos a ver o problema social em função disso. Grandes muros altos davam problema de insegurança para a população fazer a caminhabilidade em torno dessa quadra. Ninguém queria andar em volta disso, ninguém queria morar nas proximidades desses murões, digamos. Então nós mudamos a legislação, caso realmente quisesse fazer o condomínio fechado, você teria que recuar o muro, você teria que deixar os lotes abertos e depois dos lotes você faria o condomínio. Diminuiu a demanda em função disso. Aí, em função dessa diminuição, o pessoal resolveu migrar para a área rural, e houve grandes loteamentos em áreas rurais. Até hoje nós temos apenas um, chama-se Residencial Monet, se não me engano, acho que era Monet. Até hoje nós temos apenas um, mas com certeza surgirão outros ali. E os que surgiram depois, nós temos algumas exigências em relação... a Prefeitura exigiu a implantação de alguns itens de infraestrutura. Eles teriam que ter uma autogestão da parte de resíduos, autogestão de vários itens que o município antes poderia dar. Ele teria que ser o gestor da sua própria infraestrutura. Aí foi chamado também de loteamento fechado em função dessa condição. Isso encareceu muito, e acabou dando uma estagnada em relação à demanda de loteamentos fechados ou condomínios fechados.

Entrevistador

- E qual é a tua opinião sobre essa maneira de morar? Pessoal, não técnica.

M3

- Pessoal? A forma de morar?

Entrevistador

- É, loteamento fechado, isso.

M3

- Eu acho que é interessante para quem realmente já não precisa... é uma fuga da área central, né? E acaba uma parte criando até uma área de lazer do que uma área residencial, uma chácara de lazer, digamos. Como fica muito longe da área central, quem vai morar lá? Ou aposentados, ou são pessoas que fazem esse percurso de fim de semana, voltam para o centro, fim de semana, voltam para o centro... mudou um pouco a conotação do loteamento fechado de morar lá. Como moradora, alguma coisa nesse sentido, eu acho estranho isso. Mudar um pouco esse conceito. Os condomínios fechados existentes na cidade, propriamente dito, são para moradia. Agora os loteamentos fechados nas áreas rurais, não. Mudou o conceito.

Entrevistador

- Ok. Entrando em Maringá, eu fui de carro para Maringá e teve duas situações que eu achei interessantes nesse contexto. Eu fiquei em um Airbnb na Zona 20 e uma rua próxima lá, eu lembro que eu peguei uma rua comprida que tinha os condomínios assim. Alguns juntos, um do lado do outro. Eu imagino que talvez eles sejam desse período que eles começaram a aparecer, porque como fica nessa... eu não lembro o nome dessa rua, mas...

M3

- Avenida Gastão Vidigal, tem um canteiro central, um inteiro.

Entrevistador

- Isso! Isso, isso.

M3

- Foi formado uma do lado da outra, infinitamente.

Entrevistador

- Exatamente, foi bem na Gastão Vidigal. E aí são vários, né? E achei bem interessante, porque eu não vi isso no resto de Maringá, nas outras áreas que andei. Eu vi muito pouco disso. E quando eu vi naquele lugar específico, achei curioso. Outra coisa que me chamou a atenção é chegando em Maringá, pelo menos por essa rodovia que a gente vem de Presidente Prudente, tem um Alphaville também. Ou eu não sei se ele está em construção, ou...

M3

- Alphaville é outro município.

Entrevistador

- Ah, é outro município, interessante.

M3

- Iguaçu.

Entrevistador

- É, Iguaçu. Justo.

M3

- E aí acabaram criando um campo de golfe ali, né?

Entrevistador

- Eles colocam no outdoor como Maringá, assim. Acho que é porque a ideia é justamente que atenda...

M3

- Assim como existem outros surgindo na periferia de Maringá, mas são de outras cidades. Como... aí vendem como Maringá, etc. e tal, né? Inclusive com acesso virado para Maringá, fechado para outros municípios. Isso é uma coisa que, nos planos diretores metropolitanos, tem que ser conversado. - **É, justamente.** - Áreas que vêm de outras cidades conectadas com a área urbana de Maringá.

Entrevistador

- Aqui isso é muito latente com Álvares Machado, né? Que tem um centro próprio e aí a parte limítrofe que é rural está tomada de condomínios fechados que atendem à Presidente Prudente.

M3

- Ah, Álvares Machado. Ele [os condomínios] fica mais para Álvares Machado ali?

Entrevistador

- Isso. Tem... onde tem o PrudenShopping, segue a avenida, vai. E aí entra no município de Álvares Machado e tem vários condomínios, só que o centro mesmo de Álvares Machado tradicional é muito mais distante. Então é como se a cidade tivesse fragmentado em duas, assim, o município.

M3

- A família da minha sogra é de Álvares Machado. Então, eu estive em Álvares Machado uns dez anos atrás. Mas em Presidente Prudente faz uns quatro anos atrás. É, realmente, a gente notava que mais longe do centro da cidade de Presidente Prudente... se é um design, assim, bem até interessante para a

implantação, né? Com áreas verdes fazendo parte do próprio condomínio, etc. e tal, mas aquilo lá se avançar na cidade, não tem como a cidade fazer parte dela, ou ela fazer parte... Na verdade, ela fica isolada, né?

Entrevistador

- Exatamente. E você tocou num tópico que eu acho relevante, que é a questão da gestão metropolitana. Quando eu fui na prefeitura conversar com o pessoal lá do IPPLAM, eu vi que tem um gabinete, um setor lá voltado para assuntos metropolitanos. Mas como que isso se dá em Maringá, assim, essa gestão da aglomeração ali dos municípios no entorno? Tem alguma... até você, como já participou do corpo técnico municipal, tem um diálogo? Como é que isso funciona?

M3

- É, olha, é difícil, viu? É difícil. Se não tiver realmente um corpo técnico que tiver realmente uma permeabilidade com as demais cidades, os municípios vizinhos, porque politicamente eles não têm interesse. Quem aproveita essa situação de criar, vamos supor, os condomínios fechados em áreas rurais de outras cidades, como em Maringá, são empresas. As empresas acabam fazendo pressão sobre as prefeituras vizinhas, porque as empresas têm muito mais, digamos, cacife, informação, e acaba fazendo a cabeça dos vereadores e também do próprio prefeito. Eu acho que o corpo técnico do instituto tem que ter muita força de vontade para criar essa conversa entre as duas cidades. E o técnico acaba criando uma função política também.

Entrevistador

- Justo. Essa é uma grande questão na gestão metropolitana do Brasil como um todo. Sem um ente federal metropolitano fica difícil fazer essa articulação mesmo. Bem, tratando dessa questão técnica eu queria meio que entrar numa última parte da entrevista e focar mais no Orçamento Cidadão mesmo, na sua relação com esse... claro que é um processo específico da gestão municipal, mas que é o meu objeto de pesquisa. Você comentou que antes ele teve mais participação, ele teve essa perca de... Qual era a palavra que você tinha utilizado? A perca de...

M3

- Interesse, credibilidade...

Entrevistador

- Isso, credibilidade! Essa perca de credibilidade, essa palavra fugiu de mim. Então, quando que esse processo começa mesmo em Maringá? E se eu não me engano, ele teve uma outra experiência nas gestões anteriores, né? Ou não?

M3

- Porque ele faz parte do plano diretor vigente. Então esse plano de diretor já tem mais de 10 [anos], 2006. De lá para cá tem sido aplicado o Orçamento Cidadão.

Entrevistador

- E o desenho dele mudou em algum momento? Como que ele é pensado?

M3

- Nunca mudou [risos], nunca mudou. Aí é que tá, a forma de você passar informação para o cidadão, você faz a projeção de números, uma tabela. Teve um gasto na área da Secretaria de Educação, da Saúde e tal, não sei o que, pauta, aí formou isso. E nós temos X números para aplicar no ano que vem, LDO 2000 e não sei das quantas. Cidadão, não vai entender isso. "Ah, mas por que você não criou mais uma creche aqui pra gente?" "Ah, não estava na demanda do LDO, não sei o que, dos seus 4 anos, não sei o que?" "Ah, tá." "Mas não podia?" Você não tem uma interação entre o cidadão e o... a forma de apresentar a tabela, ela tem que ser na linguagem popular, né? E por que que não foi utilizado? Porque você tem que justificar. Não teve condições de atender a demanda de tal e tal coisa em função disso. Aplicamos o recurso em tal coisa em cada bairro, num bairro tal. Eles fazem uma... não sei se você já viu. Você deve ter visto. O slide que aplica, que é mostrado na APGT-1, é o mesmo que é mostrado na APGT 2, 3, 4, 5, quer dizer... Né? É para a cidade inteira, mas cada bairro tem sua diversidade de aplicabilidade de recursos.

Entrevistador

- Sim. E considerando esse período já desde 2006, você acha que de alguma maneira o Orçamento Cidadão, ele tem promovido integração entre as diferentes partes da cidade, ou diferentes classes sociais dos cidadãos? E também se ele tem mudado a linha de investimento do município? Por exemplo, realmente as demandas têm gerado os investimentos que a população pede ou não?

M3

- Eu realmente não sei te responder isso, porque eu não sei se as demandas que são encaminhadas para o município elas são analisadas com seriedade. Eu não sei de que forma que eles criam essa tabela de necessidades em relação a cada ano. Não sei. Acho que a gente pode dizer pela questão desse ano mesmo, ter praticamente zero população assistindo ao Orçamento Cidadão ali. É um fracasso. E eu entendo como um fracasso. Então ela tem que ser revista. Não somente a forma de comunicar, a forma inteira de você trabalhar esse Orçamento Cidadão.

Entrevistador

- Eu ia justamente perguntar se tu achas que o desenho atual desse processo tem uma influência nos resultados territoriais dele.

M3

- Na minha opinião ela tem que ser apresentada de forma genérica e apresentar para aquele bairro da APGT1, digamos, ou APGT2, o que foi utilizado, o recurso, como foi utilizado para atender aquela demanda daquela região. E se tem condições ou não de ser aplicado no ano que vem ou daqui a dois anos ou não. Tem que dar uma resposta. Sempre foi uma ausência de resposta.

Então, cidadão, não tem interesse mais em falar.

Entrevistador

- Certo. E tu, você acredita que o fato de Maringá ter uma certa tradição em planejamento urbano, porque tem um... desde que a cidade foi fundada ela já tem um desenho. Então tem um, dá para dizer que existe ali uma tradição bem consolidada. O estado do Paraná tem a nível nacional uma certa tradição, né, em planejamento urbano, em desenho urbano e acho que Maringá faz parte desse contexto. Tu acha que o fato de existir uma tradição de planejamento faz com que a prefeitura ou os técnicos queiram ter um maior controle disso, por isso não tem uma abertura maior para o cidadão? É uma pergunta mais assim, não sei, se tu acha que faz sentido essa ideia.

M3

- Eu não consegui captar a intenção.

Entrevistador

- É que existe uma terminologia que a gente chama que é uma perspectiva tecnocrática, né? Que existe em determinados contextos de gestão mesmo. Tu acha que isso tem uma influência em Maringá? Isso está presente?

M3

- Tem, tem, sempre teve, né? Às vezes politicamente, às vezes nem é interessante ter um orçamento cidadão. Não sei.

Entrevistador

- Justo. Ou fazer um orçamento cidadão vazio assim, né? Para dizer que está fazendo. Certo. Eu também queria te perguntar, você falou em relação a como é esse desenho, tem pouca gente participando e tal. Isso claro, influencia como que os investimentos vão aparecer, como que as demandas aparecem e tal. E tem as próprias demandas da zona 2 e dos bairros que você falou mais cedo, né? Poderia me dizer se existem algumas outras regiões da cidade que demandam mais investimento do que a zona 2, ou a zona 4, ou a zona 5, enfim.

M3

- Com certeza. Com certeza. Nós fazemos esses pedidos, essas demandas, criamos essas demandas em função de uma escala de necessidades. Mas é um bairro praticamente... se você pensar bem em relação à periferia, ela é atendida, né? Nós temos todas as demandas possíveis atendidas, mas nós precisamos

melhorar, digamos. Mas ali no bairro, nós temos vários bairros que ainda há a necessidade de, por exemplo, fazer um asfalto, criar uma calçada um pouco diferenciada. Nós precisamos ainda mais uma praça para a população, para atender a população, uma área de recreação. Acredito que a parte de pavimentação, drenagens, iluminação, energia, água, a cidade está praticamente 100% atendida em função dos próprios loteamentos. Os loteamentos são obrigados a ter toda a infraestrutura, existe uma boa fiscalização do município para isso e eles atendem. Então, em função dessa lei, o município colhe na realidade os frutos hoje. Mas assim, existem equipamentos urbanos que ainda há necessidade de ser implantado nas periferias. Nós sabemos que alguns bairros acham que são esquecidos, falam todo ano e não são atendidos. A questão social existe, toda cidade tem insegurança, principalmente insegurança física, digamos. Insegurança alimentar, eu acho que não tem em Maringá, praticamente, mas insegurança física que é praticamente... Então, nas periferias realmente existem situações diferentes da nossa aqui do bairro que precisa ter uma atenção diferenciada.

Entrevistador

- Perfeito. E eu vou fazer uma última pergunta, que é um pouco mais abrangente, que é focada no orçamento cidadão, mas é um pouco mais abrangente. Você acha que o Orçamento Cidadão de Maringá tem como objetivo a justiça territorial, no caso, a diminuição das desigualdades ou não?

M3

- Ela pode, eu não sei porque, mas na verdade ela até poderia ter, mas acredito que nunca atendeu.

Entrevistador

- Por quê?

M3

- Porque ela trabalhou sempre na questão de recursos. Eu acredito que o governo entenda que esse Orçamento de Cidadão é para justificar o gasto, não a aplicabilidade do recurso para o bem social. Eles não querem saber se deu certo ou não deu certo, eles querem mostrar o recurso que foi aplicado. -

Interessante. - Eu entendo dessa forma. Talvez você conversando com o secretário de fazenda, tem uma outra linguagem, mas a meu ver, é dessa forma.

Entrevistador

- Perfeito. M3, eu só gostaria de... meio que era isso que eu tinha para explorar da nossa entrevista, mas se você quiser comentar alguma coisa que você acha que faltou, que acha que é relevante, sobre a gestão de Maringá, sobre o planejamento urbano da cidade, enfim, pode ficar à vontade para comentar, talvez você acha que tem alguma coisa que está faltando aqui, acho que eu deva saber, enfim.

M3

- Não, assim, eu só vou focar, como você disse, que cada gestor tem uma forma de administrar a cidade. A grande parte dos políticos, eles focam na primeira gestão, em algo interessante para depois ter uma reeleição, em função dessa linha de pensamento, acredito que na segunda gestão acaba tendo muito, digamos, um cansaço de gestão. Isso que você viu nas reuniões e não aparecer ninguém também é uma consequência. Um cansaço do gestor e um cansaço público, porque esse ano é um ano de eleição. A população entende que "para que eu vou aparecer lá se o prefeito vai mudar?". Se até hoje ele não fez nada relevante em função daquilo que nós pedimos, ou que fez muito pouco e não deu, não nos devolveu uma resposta. Então, esse ano eu acredito que seja o pior ano para o orçamento cidadão. É o último ano do gestor. É o quarto ano, é o oitavo ano e assim vai.

Entrevistador

- Faz sentido. Teve uma coisa que eu lembrei agora, que eu acho interessante, que o IPPLAM é relativamente recente. Ele foi criado como uma... foi dividido do SEPLAN, se não estou enganado. - **Isso.**
- E como que era na sua época, quando você trabalhava na prefeitura, como que funcionava o desenho institucional do planejamento?

M3

- Praticamente não tinha planejamento. Nós éramos uma secretaria de planejamento, mas a demanda do dia a dia tomava conta. Nós só fazíamos aquilo que era demandado em processos. Análise e aprovação de projetos arquitetônicos, análise e aprovação de loteamentos. Então, o número de funcionários versus projetos futuros praticamente zero. Nós tínhamos alguma coisa projetada na cabeça, mas até você colocar no papel o cidadão lá fora que tinha um escritório, que pensava alguma coisa, levava antes para o prefeito. Tem mais tempo do que a gente. Aí era uma guerra versus equipe técnica versus a parte política. Então, assim, só quando tinha o plano diretor, que deveria ser reformulado, nessa época sim era a época de nós pensarmos no futuro. Fora isso, não conseguia trabalhar na parte de planejamento. O instituto [de planejamento], eu não sei agora, deve ter uma equipe que tenha uma noção de futuro ali. Daria para fazer o desenho ali do futuro, etc., brincar um pouco com a cidade. Não sei aí, não sei te dizer ainda, porque ainda ela é nova. O único problema de qualquer instituto, uma secretaria de planejamento, é ela ser dominada pela política. Aí você não consegue trabalhar a cidade.

Entrevistador

- E como você vê essa diferença para você, entre ter estado dentro da gestão, dentro do poder público, e depois como atuando como cidadã na pauta do urbanismo? Como você vê a diferença dessa situação?

M3

- A diferença é quem nós podemos cobrar aqui. Podemos verificar os problemas da cidade, nós podemos estar lá dentro. Eles nos dão a voz, a vantagem é essa. Vamos dar um espaço inclusive para a gente poder reclamar, palpar, dar sugestões, pelo conselho, quando você tem acesso em função do Instituto de Arquitetos, em função da Associação dos Engenheiros, Associação Comercial. Então nós podemos

polarizar as nossas ideias junto com eles e criar uma demanda dentro do conselho. Então aqui fora nós podemos reivindicar de forma diferente que nós tínhamos lá. Lá nós tínhamos um senso de mudança e tínhamos mãos atadas. Aqui não. Aqui nós podemos criar um conjunto de reivindicações e provar para eles que há necessidade.

Entrevistador

- Perfeito. M3, queria te agradecer muito pela tua disponibilidade, pela entrevista. Eu agradeço não só em meu nome, mas em nome da UNESP e do Programa de Pós-Graduação em Geografia. E do FragUrb, que é o projeto do qual eu faço parte. Então eu só queria reiterar o caráter científico das informações que você passou, eu não vou te identificar ao longo do texto. Também só vou deixar claro, vou colocar uma descrição de cada pessoa entrevistada, mas não vou, de maneira que não fique claro que é você, não vou colocar seu nome. E também deixar claro que eu estou à disposição. Qualquer dúvida que você tiver no futuro, se você quiser, também como eu disse, a gente conversou antes da gravação, se quiser os meus resultados depois, o trabalho final, eu com certeza vou disponibilizar. Tem todo um rito aí da minha própria agência de fomento para eu disponibilizar os dados e o trabalho final. Então é isso. Muito obrigado pela entrevista.

M3

- Eu que agradeço. Agradeço muito e no que a gente puder contribuir, a gente está aqui para isso. Na verdade, é contribuir, retribuir e compartilhar as coisas, as informações. E no que precisar, você pode acessar. Tá bom? - **Perfeito.** - E bom trabalho para vocês aí.

Entrevistador

- Obrigado. Só vou parar a gravação aqui.

M3

- Depois eu vou querer o produto final, sim. Inclusive para mostrar...

Fim da transcrição